

CONSIDERAÇÕES
DA **COALIZÃO**
BRASIL SOBRE OS
100 PRIMEIROS
DIAS DE GOVERNO

CONSIDERAÇÕES DA COALIZÃO BRASIL SOBRE OS 100 PRIMEIROS DIAS DE GOVERNO



A *Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura* lançou, em novembro passado, o documento “O Brasil que vem – propostas para a agenda agroambiental do país a partir de agora”, no qual apresenta recomendações práticas para os candidatos vitoriosos nas eleições de outubro. As contribuições focam em três eixos: combate ao desmatamento e à perda de recursos naturais; produção de alimentos e combate à fome; e geração de emprego e renda. A Coalizão indicou, ainda, ações que poderiam ser adotadas já nos primeiros 100 dias da nova administração e aquelas que permeariam o mandato como um todo.

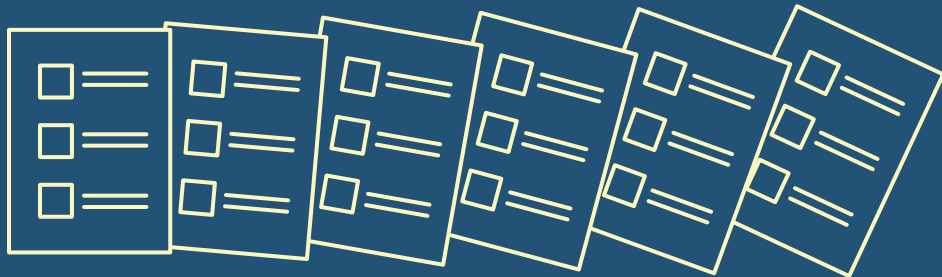
Passados 100 dias da posse do novo Executivo federal e estaduais, e pouco mais de 60 dias do ano legislativo, a Coalizão apresenta um balanço das recomendações feitas para esse período. Reconhecendo que as propostas, em alguns casos, eram bastante ambiciosas para um prazo tão curto, a Coalizão considera que as sinalizações do governo são bastante positivas em relação à maior parte da agenda defendida pelo movimento.

Das cinco propostas para o primeiro dia de governo, três foram totalmente contempladas. Entre as 11 propostas indicadas pela Coalizão para os 100 primeiros dias de mandato, há várias sinalizações positivas. No Executivo federal, a criação do Ministério dos Povos Indígenas e o restabelecimento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), assim como a criação da Secretaria Extraordinária para o Combate do Desmatamento, dentro do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), são exemplos de reestruturações urgentes que já registraram avanços.

Vale destacar, ainda, a indicação para essas posições de pessoas com conhecimento técnico e reconhecida trajetória profissional no setor agroambiental, embora a demora para nomeações ou posses em determinados casos atrasem a estruturação de equipes e o atendimento de emergências.

O desafio para o futuro próximo está centrado na capacidade de implementação das iniciativas e na articulação com todos os segmentos – setor privado, sociedade civil e academia. Esta interlocução fomentará um ambiente favorável para o investimento público, privado e filantrópico, comprometido com o fortalecimento de uma economia positiva para o clima e a natureza. A Coalizão seguirá contribuindo e colaborando com o Executivo e Legislativo.

BALANÇO DAS PROPOSTAS PARA O DIA 1



1 CRIAR UM GRUPO DE TRABALHO (GT) PARA ELABORAR NOVOS PLANOS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA E DO CERRADO

O Decreto nº 11.367, de 1º de janeiro de 2023, criou a Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento e restabeleceu o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). O decreto ainda dispôs sobre Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento no Cerrado, na Mata Atlântica, na Caatinga, no Pampa e no Pantanal, com prazo até agosto para o lançamento dos planos. Trata-se de um avanço relevante, que necessitará de investimentos financeiros, em infraestrutura e recursos humanos, além de priorização contínua.

2 AUMENTAR A REPRESENTAÇÃO E RETOMAR A PROPORCIONALIDADE DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL EM COLEGIADOS

Várias instâncias de participação foram criadas e recriadas pelo novo governo, como o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), além do Conselho de Participação Social e do Sistema de Participação Social Interministerial. A sociedade civil tem sido envolvida em diversas instâncias de decisão.

3 RESTAURAR A GOVERNANÇA DO FUNDO AMAZÔNIA

O Decreto nº 11.367, de 1º de janeiro de 2023, retomou o formato de governança do Fundo Amazônia próximo ao seu formato original, com a volta do Comitê

Técnico (CTFA) e do Comitê Orientador (Cofa). É uma medida louvável, que viabiliza a tomada rápida de ações que visam recuperar danos e promover avanços na conservação ambiental.

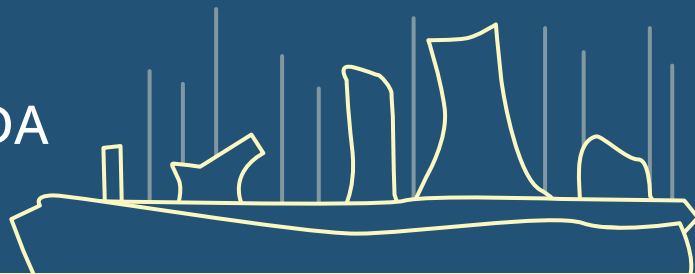
4 RETOMAR A HOMOLOGAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS (TI)

A criação do Ministério dos Povos Indígenas foi considerada uma sinalização da retomada dos processos de demarcação de Terras Indígenas, embora nenhum decreto de homologação tenha sido editado até o momento (ver Proposta 4 para 100 dias). Esta medida deveria ser encarada como uma prioridade máxima do governo devido ao emprego do Cadastro Ambiental Rural (CAR) sobreposto a TIs.

5 ENVIAR AO CONGRESSO NACIONAL INSTRUMENTO LEGAL DE CRIAÇÃO DA AUTORIDADE NACIONAL DO CLIMA

A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, anunciou, no dia 4 de janeiro, a criação da Autoridade Nacional de Segurança Climática, ligada a este ministério, e prometeu sua formalização até março, além da criação de um Conselho Nacional sobre Mudança do Clima, a ser comandado pelo próprio presidente da República e com a participação de todos os ministérios, da sociedade, dos estados e municípios. A criação da Autoridade Nacional do Clima mostrará a disposição do país em cumprir as metas climáticas com que se comprometeu junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e colocará o Brasil em pé de igualdade junto a outras nações em negociações internacionais, que podem resultar na atração de investimentos à economia nacional.

COMBATE AO DESMATAMENTO E À PERDA DE RECURSOS NATURAIS



1 IMPLEMENTAR AÇÕES DE COMANDO E CONTROLE CONTRA O DESMATAMENTO

A criação de uma Secretaria Extraordinária para o Combate do Desmatamento, dentro do MMA, demonstra priorização do combate a esse grave problema e preencheu um vácuo sobre o tema no governo federal, assim como a ação motivada pela crise humanitária Yanomami sinalizou disposição de reforço nas ações de comando e controle contra delitos ambientais na Amazônia. O contínuo combate à criminalidade precisa continuar como eixo central do Executivo.

Ainda não foi divulgada, porém, a reestruturação dos marcos legais necessários para implementar políticas de comando e controle que funcionem em médio e longo prazos. Por exemplo, a conciliação ambiental foi revogada, sem que fossem apresentados outros mecanismos para acelerar o procedimento administrativo sancionador e assegurar o pagamento das multas por desmatamento.

2 ACELERAR AS ANÁLISES DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR)

Ainda não foram anunciadas ações que poderiam conferir maior agilidade à análise dos cadastros ambientais rurais ou mecanismos eficazes para impedir seu uso ilegal. Tampouco foi estabelecida uma estrutura de governança robusta do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar) que determine os papéis dos entes federados na implementação do Código Florestal.

3 SUSPENDER PROJETOS PARA REDUÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Não houve progressos na medida, que depende de ação urgente dos Legislativos federal e estaduais.

4 PROMOVER A DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E DEMAIS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS

Ainda durante o governo de transição, houve o reconhecimento da necessidade de demarcação de terras indígenas (TIs), a criação do Ministério dos Povos Indígenas e a nomeação inédita de uma indígena para o comando da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), agora subordinada à nova pasta. Até o momento, porém, nenhum decreto presidencial homologando a demarcação de TIs foi assinado. Tampouco foi anunciada uma política específica para a regularização fundiária de territórios ocupados por populações tradicionais.

Vinte portarias, no entanto, evidenciam a disposição do poder público em aumentar a proteção de TIs. Entre elas, cinco prorrogam ou autorizam o emprego da Força Nacional de Segurança para a defesa de terras indígenas, oito estabelecem grupos de trabalho que estudarão a criação de TIs, uma estuda medidas de atuação contra organizações criminosas atuantes nestes territórios e outra interdita uma área até sua homologação.

5 REGULAMENTAR A LEI DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA)

O MMA analisa internamente uma minuta de decreto para regulamentação da lei que instituiu a Política Nacional de PSA (Lei 14.119/2021). A discussão será articulada entre diversas secretarias da pasta, dada a sua transversalidade. O PSA, uma vez priorizado, garantirá efetividade da legislação ambiental brasileira.

6 APERFEIÇOAR O PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O Projeto de Lei 2.159/2021 está no Congresso Nacional e ainda não está clara como será sua tramitação e a posição do Executivo federal em relação ao texto.

A Coalizão recomenda que o assunto ganhe centralidade, dada a existência de ameaças concretas, como focos de desmatamento no entorno da rodovia federal BR-369, que avançam com o decorrer das obras de pavimentação da via, provocando enorme impacto socioambiental e econômico.



Agentes do Ibama participam de operação de combate ao desmatamento no Pará

Divulgação/Ibama

PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E COMBATE À FOME



1 LANÇAR UM PACTO NACIONAL PARA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E BIODIVERSA

A recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), extinto em 2019, e o anúncio do lançamento, em maio, de um programa nacional pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), voltado para estimular a produção de alimentos saudáveis junto ao Plano Safra, são indicadores de que o tema da alimentação saudável adquiriu relevância no novo governo. Soma-se a isso o estabelecimento, em janeiro, de um grupo de trabalho interministerial para tratar do combate à fome, composto pelos ministérios da Educação (MEC), Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e MDA. Outra indicação nesse sentido foi a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), que tem entre suas funções a implementação de políticas públicas estruturantes voltadas à agricultura familiar e ao abastecimento alimentar.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi recriado, com prioridade para mulheres, negros e indígenas e com a indicação de que todos os órgãos federais serão obrigados a comprar no mínimo 30% da agricultura familiar. Junto com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Bolsa Família, o PAA será um dos pilares da estratégia conjunta e, segundo anúncio do governo, todos estes programas terão seus valores reajustados. Também foi divulgado um reajuste de até 39% no orçamento para merenda escolar, além da intenção de priorizar a aquisição de alimentos regionais.

2 REESTRUTURAR MODELO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER)

A assistência técnica ao produtor rural será um dos focos da Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental do MDA, o que sinaliza a importância estratégica de assentamentos e pequenas propriedades familiares, dado o seu potencial para a recuperação de áreas degradadas através de assistência técnica e geração de emprego e renda. Além disso, a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) foi restabelecida e há perspectiva de retomada de assessoria técnica para maior sustentabilidade da produção em assentamentos, que correspondem a um quarto do desmatamento na Amazônia.

Não há informações públicas mais específicas quanto à reestruturação do atual modelo de Ater. O Programa Organização Produtiva e Econômica das Mulheres Rurais, entretanto, prevê o lançamento de um edital de assistência técnica rural para mulheres no campo com R\$ 50 milhões de investimento para atender até 20 mil mulheres.

3 APRIMORAR OS CRITÉRIOS SOCIOAMBIENTAIS PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO RURAL

Tanto o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) quanto o Banco Central (BC) indicaram melhorias nos critérios para concessão de crédito rural. O BC sinalizou que pretende adotar critérios como o monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal por satélite, realizado



pelo Instituto Nacional de Pesquisas Especiais (Prodes/Inpe). O BNDES fez parceria com o MapBiomas, que monitora em tempo real o território brasileiro, para bloquear financiamentos a proprietários rurais que desmataram ilegalmente. Até o início de março, 58 bloqueios já haviam sido anunciados. Esta política é aplicada atualmente nos três principais bancos públicos – além do BNDES, também o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Ainda não está definido, porém, como ocorrerá a implementação do Bureau de Crédito Rural Sustentável, uma medida anunciada no governo ante-

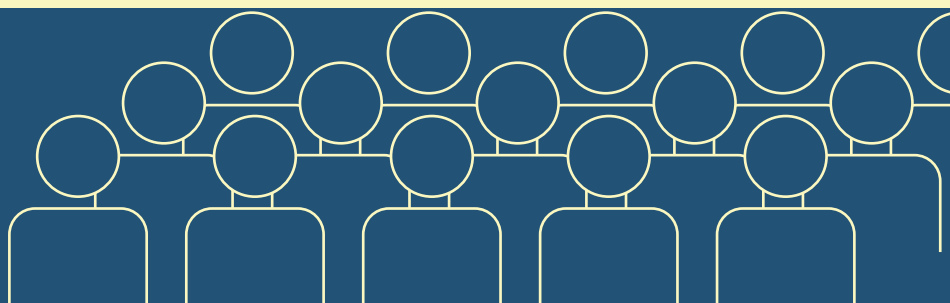
rior, que buscará definir critérios de sustentabilidade para concessões de crédito rural. Este processo permitirá a incorporação de indicadores sociais, ambientais e climáticos às operações.

4

INCENTIVAR NOVOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS PRIVADOS PARA O SETOR RURAL

O setor privado tem aumentado sua participação na concessão de crédito rural desde o governo anterior. A expectativa, agora, é que o poder público estabeleça mecanismos que favoreçam pequenos agricultores e agricultores familiares.

GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA



1

RETOMAR E FORTALECER O PROGRAMA BOLSA VERDE

Antes mesmo da posse, o governo de transição anunciou o retorno e o fortalecimento do Programa Bolsa Verde, com orçamento de R\$ 200 milhões e status de tema prioritário no MMA. O Programa destina uma bolsa a famí-

lias que vivem em situação de extrema pobreza em áreas de conservação ambiental. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), administrador das unidades de conservação federais, seriam parceiros na iniciativa.

